

PROPOSTA ARQUITETÔNICA CONCEITUAL PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE INTEGRAÇÃO INFANTO-JUVENIL NO BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO, CIDADE DE MACAPÁ, AMAPÁ

Emile Júlia da Silva Costa¹
Adailson Oliveira Bartolomeu²

RESUMO

Com o surgimento da Constituição da República Federativa do Brasil, alguns passos importantes foram dados na luta por cidadania e direitos de crianças e adolescentes. Mesmo assim, muitos jovens ainda vivem em situação de vulnerabilidade e tem os seus direitos negligenciados. Aproximadamente 68,5 milhões de jovens até 19 anos, residem no Brasil, evidenciando a necessidade de assistência a esse público dado a importância que possui para o futuro do país. Desse modo, este estudo tem como objetivo verificar a influência da arquitetura nos espaços sociais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. A metodologia deste trabalho consiste em revisão bibliográfica com abordagem qualitativa e descritiva, a fim de responder o objetivo proposto. As fontes de pesquisa foram livros, artigos de sites e dissertações. Foram realizadas também aplicações de questionários destinados a ouvir a opinião de moradores do bairro e feito estudo de caso para compreender o funcionamento desses espaços e balizar a proposta projetual. Além de estudos locais sobre a área a qual a proposta se destina. Os resultados evidenciam na importância de atendimento ao público infantil, frente as adversidades da vida e como o indivíduo é influenciado pelo ambiente em que está inserido, seja de maneira boa ou ruim. Um espaço com infraestrutura de qualidade é capaz de mudar a realidade de uma comunidade.

Palavras-chave: Arquitetura social. Vulnerabilidade. Centro comunitário.

ABSTRACT

With the advent of the Constitution of the Federative Republic of Brazil, some important steps were taken in the fight for citizenship and rights of children and adolescents. Even so, many young people still live in situations of vulnerability and have their rights neglected. Approximately 68.5 million young people up to 19 years of age reside in Brazil, highlighting the need for assistance to this public given the importance they have for the future of the country. Thus, this study aims to verify the influence of architecture in social spaces for the development of children and adolescents in social vulnerability. The methodology of this work consists of a bibliographic review with a qualitative and descriptive approach in order to answer the proposed objective. The sources of research were books, website articles, and dissertations. We also carried out a questionnaire aimed at the neighborhood residents and a case study to understand the functioning of these spaces. In addition to studies about the area for which the proposal is intended. The results show the importance of serving the children, facing the adversities of life and how the individual is influenced by the environment in which he or she is inserted, whether in a good or bad way. A space with quality infrastructure is capable of changing the reality of a community.

Keywords: Social architecture. Vulnerability. Community center

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP.

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP. Arquiteto e Urbanista.

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com os avanços dos direitos e de políticas públicas implementadas destinadas às crianças e adolescentes, muitos jovens ainda vivem em situação de vulnerabilidade social e tem os seus direitos negligenciados. Uma pesquisa realizada pelo Observatório da Criança e do Adolescente, da Fundação ABRINQ, em 2022, indicou que o Brasil possui, aproximadamente, 207 milhões de habitantes, sendo que, aproximadamente 68,5 milhões são crianças e adolescentes de até 19 anos de idade e os estados com maior proporção de habitantes desta faixa etária estão localizados nas regiões Norte e Nordeste. Os números evidenciam a necessidade de assistência para esse público, visando a evolução pessoal e intelectual, além buscar formas de afastá-los de situações de perigo e reinseri-los no convívio social.

Sem que haja um espaço propício para convivência e desenvolvimento pessoal, crianças e adolescentes se utilizam das ruas para exercerem suas atividades de lazer, ou em muitos casos, acabam por ficarem ociosos e são aliciados a cumprir atividades de risco a sua integridade. Diante da problemática apresentada, surge o questionamento: qual a influência da arquitetura nos espaços sociais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade?

É notório que o ambiente construído tem grande influência no comportamento humano e vários são os fatores para que isso aconteça, cores, texturas, luz, são aspectos físicos que fazem cada um dos indivíduos disporem de suas próprias percepções do ambiente em que está inserido. Portanto, vê-se na criação de um centro de integração a oportunidade de levar segurança, apoio, pois um ambiente quando bem planejado é capaz de transformar vidas, proporcionando conforto, saúde e, principalmente, o empoderamento de crianças, adolescentes e jovens, além de devolver o senso de pertencimento aquele ambiente.

A justificativa originou-se a partir da observação do público jovem que fica sem nenhuma ocupação durante o período pós aula, principalmente, nas áreas com maior índice de violência, além da ideia de criar espaços que vão além da quadra de futebol e que incentive a participação familiar.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é verificar a influência da arquitetura nos espaços sociais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Para alcançar o objetivo principal, traçou-se os seguintes objetivos específicos: i) entender como o ambiente reflete no comportamento de crianças e adolescentes; ii) compreender as necessidades de um espaço comunitário, pensado para soluções estratégicas de desenvolvimento de crianças e adolescentes através de atividades esportivas, culturais e de lazer; analisar, através de estudo de caso, referenciais que apresentam concepção semelhante para uma melhor proposta projetual; iii) propor a criação de ambientes propícios que auxiliem na construção e fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

A metodologia deste trabalho consiste em revisão bibliográfica com abordagem quantitativa e descritiva, haja vista que, irá verificar a influência da arquitetura no desenvolvimento de crianças e adolescentes, a fim de

responder o objetivo proposto, as fontes de pesquisa utilizadas foram: livros, artigos de sites, dissertações que tratam do assunto. Com a complementação de uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários junto aos moradores do bairro alvo da proposta projetual.

1.1 METODOLOGIA

Os tipos de pesquisa adotados neste trabalho foram a pesquisa aplicada, qualitativa e descritiva. O objetivo do estudo foi explorar e descrever o tema, permitindo detalhar e aprofundar nas questões de vulnerabilidade social, bem como questões que esclarecem como o ambiente interfere no comportamento humano, além de abordar sobre a legislação.

A coleta de dados foi realizada através de pesquisas bibliográfica. O acervo de bibliografia foi composto de artigos relacionados ao tema e com base nas referências bibliográficas destes, foi realizada uma nova pesquisa, a fim de abranger mais conteúdo relacionado ao tema. Para a análise documental, foram elaboradas pesquisas em sites, livros e revistas digitais referentes ao assunto.

Houve também a aplicação de um questionário por meio da internet, destinado a levantar as opiniões de moradores do bairro e arredores, ao qual poderá ser implantado o Centro de Integração. Através das informações coletadas, foi possível tomar as melhores soluções para o projeto de acordo com as perspectivas da comunidade.

Por meio do estudo de caso comparativo, foi possível analisar a partir de qual iniciativa e o contexto em que o espaço social foi inserido na comunidade. Foi observado também como o espaço foi projetado para o atendimento ao público e as principais atividades internas ali presentes. O espaço analisado foi: Usina da Paz do município de Ananindeua no Estado do Pará.

Quanto a área de localização do projeto, foi realizado o levantamento das características e histórico do bairro em que será implantado a proposta e condicionantes legais da cidade de Macapá para o local, além de serem feitos os estudos do entorno e vizinhança. A partir das informações coletadas, foi possível desenvolver o programa de necessidades, estudo de viabilidade, estudo preliminar e o anteprojeto, sempre buscando soluções para o melhor funcionamento do ambiente projetado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Durante a Idade Antiga as etapas da infância, adolescência e fase adulta não existiam, portanto não eram respeitadas. Acerca disso, Ariès comenta que:

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude (Ariès, 1978, p. 10).

A forma com que crianças e adolescentes eram submetidos, só passou a ser contestada ao final do século XIX. Pereira (1996) expõe que Jean Jacques Rousseau, influenciado pelos ideais iluministas e fundamentado nos princípios universais de liberdade, igualdade e fraternidade, passou a demonstrar preocupação com a juventude daquela época.

No Brasil, com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, reconheceu-se juridicamente a necessidade de proteção e amparo às crianças e aos adolescentes.

O constituinte, atento às transformações sociais e culturais, bem como ciente de que a vulnerabilidade deve ser compreendida como um processo associado a diferentes contextos, almejou, de forma ampla, promover uma abordagem para refletir acerca da vulnerabilidade que é "a propensão de um indivíduo, família ou grupo social a uma situação de insegurança capaz de abalar o seu bem-estar" (Padoin; Virgolin, 2010, online).

Em decorrência da maior conscientização em relação à priorização da juventude enquanto parcela da população que requer olhares específicos, bem como aos avanços teóricos, alguns passos importantes foram dados na luta por cidadania e direitos, como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Marinho; Lopes, 2019).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º estabelece:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Para a melhor compreensão do assunto, se faz necessário saber o conceito de vulnerabilidade, que é a qualidade de vulnerável (que é suscetível de ser exposto a danos físicos ou morais devido à sua fragilidade). Cançado, Souza e Cardoso (2014), apresentam conceitos de vulnerabilidade compreendidos por alguns autores. Para Vignolli (2001, p. 2), vulnerabilidade "é compreendida como a falta de acesso aos meios oferecidos pelo Estado e sociedade, os recursos, que um grupo social recebe, acabam por ser insuficientes para a ascensão do seu bem-estar".

De acordo com Busso (2001), a vulnerabilidade é uma debilidade de recursos, na vida de famílias, grupos sociais, que provocam a perda de seu bem-estar. Observa-se que ambos os autores atrelam o conceito de vulnerabilidade a falta de recursos materiais, comprometendo grupos de indivíduos.

Já a vulnerabilidade social, no contexto abrangido neste estudo em relação às crianças e adolescentes, é entendida como um cenário criado pela desigualdade social, da pobreza, exclusão social, da falta de vínculos afetivos tanto no círculo familiar quanto de amizades, ambiente escolar, entre outros. Além da falta de acesso à educação, trabalho, lazer, saúde, alimentação, a falta de recursos materiais

mínimos para a sobrevivência, a integração muito cedo ao mundo do crime e das drogas muitas vezes de maneira forçada (Resende; Cappellari; Pagani, 2022).

Portanto, considerando a fragilidade do público infantojuvenil e por estarem em constante desenvolvimento de suas capacidades físicas e psicomotoras, é que o tema vem sendo cada vez mais debatido, a fim de buscar soluções para o bem-estar e qualidade de vida das comunidades.

Nas palavras de Abramo (2003), diante dos perigos existentes nas ruas, tais como assaltos, acidentes, tráfico de drogas, possibilidade de uma vida social para jovens, além da convivência escolar, o que levou o poder público a buscar meios de oferecer os denominados espaços para esse público.

Ao referir-se a esses projetos, a autora coloca que uma das características assumidas por eles diz respeito a sua função de "guarda" e ocupação do tempo livre, visando à criação de ambientes seguros para que os jovens possam se desenvolver de forma a complementar a educação escolar. Podem proporcionar atividades destinadas ao reforço escolar, lazer, esporte, cultura e até mesmo à qualificação profissional.

Diante o exposto, verifica-se os resultados negativos da situação de vulnerabilidade que atinge os grupos sociais, principalmente, ao grupo mais jovem, visto que esses enxergam-se como sendo inferiores, sem capacidade e sem o menor reconhecimento social que os façam crer em seu próprio potencial como seres humanos.

Para Kaloustian e Ferrari (1994, online) "por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política social". Corroborando com este autor, Martins (1993), afirma que "a criança é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada".

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) em seu artigo 227, diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Ainda no artigo 227 da CF, § 1º o texto complementa que:

O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: (Redação dada pela EC n. 65/2010):

- aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;
- criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (Brasil, 1988).

No papel, entende-se que, de fato, todos os direitos são assegurados, mas na prática a realidade é que diversos direitos regulamentados tanto pela Constituição Federal de 1988 quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são violados. Considera-se violação, segundo a Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (2013, online),

toda e qualquer situação que ameace ou viole os direitos da criança ou do adolescente, em decorrência da ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento. Abandono, negligência, conflitos familiares, convivência com pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, além de todas as formas de violência (física, sexual e psicológica).

Ainda de acordo com a Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (2013, online),

a violência doméstica é uma das violações de direitos mais frequentes". Acerca disso, a ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, em sua fala ao I Congresso do Fórum Nacional da Infância e Juventude (FONINJ) em 2023, comenta que "entre os tipos mais frequentes de violência, está a violência contra a integridade física das crianças e dos adolescentes, o que inclui maus tratos, tortura física e agressões.

A Ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber³ afirmou como palestrante do I Congresso do Fórum Nacional da Infância e Juventude que:

Lamentavelmente, os indicadores de pobreza estrutural, de mortalidade infantil, de insegurança alimentar, de falta de acesso à educação e moradia revelam o cruel desencontro entre a realidade brasileira e o que foi preconizado tanto pela Constituição de 1988 quanto pelos tratados e convenções internacionais de direitos humanos.

Verifica-se que o "direito a liberdade, ao respeito e à dignidade" conforme estabeleceu o capítulo II do ECA, bem como o artigo 16 item IV, que regulamenta o direito de "brincar, praticar esportes e divertir-se" muitas vezes se torna escasso, e algumas crianças e adolescentes se pudessem, permaneceriam em tempo integral nas escolas.

2.2 A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE NO COMPORTAMENTO HUMANO

Saber que o espaço influencia o modo e a forma como se lida com o mundo à nossa volta e, então refletindo na formação de identidade pessoal, é afirmar que a arquitetura tem um papel ativo e direto na vida de todos (Moura, 2021). Assim, de acordo com Bestetti (2014, online), "a arquitetura dos espaços pode expressar sentimentos, além de cumprir sua função básica de abrigar".

A arquitetura e a psicologia possuem estreita relação, possibilitada através da Psicologia Ambiental. Acerca disso, Moser (1998, online) explica:

A especificidade da Psicologia Ambiental é a de analisar como o indivíduo avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como ele está sendo influenciado por esse mesmo ambiente. É fato bastante conhecido que determinadas especificidades ambientais tornam possíveis algumas condutas, enquanto inviabilizam outras.

No entanto, percebe-se que pensar o ambiente vai muito além de valores objetivos e subjetivos, que de acordo com Bestetti (2014, online):

O meio ambiente é construído utilizando-se valores objetivos como forma, função, cor, textura, ventilação, temperatura, iluminação, sonoridade e simbologia. Há, porém, valores subjetivos que são adquiridos culturalmente, de acordo com a experiência de vida, estabelecendo significados, positivos ou negativos, em relação aos estímulos do ambiente.

Logo, o saber e legitimar a relação de interdependência entre o ambiente e o usuário como sendo capaz de afetar diretamente a experiência dele, é possibilitar o bem-estar, como explicam Gonçalves e Paiva (2018, p. 445):

A arquitetura pode também ser usada para reforçar nossas habilidades cognitivas, estimular nossa memória e diminuir o estresse e os efeitos negativos do ambiente sobre nossas emoções. O conhecimento de nossas reações fornece aos arquitetos ferramentas poderosas para projetar edifícios que atinjam de forma mais precisa seus objetivos.

Desse modo, Sposati (2007, online) afirma que:

Sempre que as precariedades do lugar e da situação vivida afetam pessoas, famílias ou grupos sociais produzindo sofrimento ético político, caberá uma ação da política no sentido de possibilitar que a situação seja enfrentada num campo de responsabilidade pública e coletiva, porque estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão/precarização/privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição.

É nesse sentido que os Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV), tem como essência a constituição de espaço de convivência, formação para o desenvolvimento e autonomia das crianças e adolescentes a partir de interesses, demandas e potencialidades. E deve oferecer aos usuários, atividades que contribuam para ressignificar vivências de isolamento e de violação dos direitos.

Portanto, para que o ambiente pensado atinja as potencialidades do atendimento social, o Caderno de Orientações Técnicas do CCFV, estabelece as orientações específicas para o bom funcionamento. Questões como iluminação adequada, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade, todos de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), são fundamentais para que o espaço gere resultados positivos na vida dos grupos sociais que ali frequentam.

³ Matéria reproduzida pela Jornalista Tábata Viapiana para o Portal Consultor Jurídico em 19 de maio de 2023.

2.3 IMPORTÂNCIA DO ESPORTE, DA CULTURA E RECREAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL

As práticas esportivas e culturais como bem se sabem, são direitos fundamentais da criança e do adolescente. Assim como a CF de 1988 e o ECA estabelecem esse direito, o Estatuto da Juventude, lei nº 12.852/2012, em seu artigo 28, diz que: “o jovem tem direito a prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desportode participação. Paragrafo único. O direito à prática desportiva dos adolescentes deverá considerar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Estabelece ainda em seu artigo 29 que:

A política pública de desporto e lazer destinada ao jovem deverá considerar:

I - a realização de diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física e dos desportos e dos equipamentos de lazer no Brasil;

II - a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que priorizem a juventude e promovam a equidade;

III- a valorização do desporto e do paradesporto educacional;

IV- a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer (Brasil, 2012).

Observa-se destas legislações várias disposições em comum, além de garantir os direitos das crianças, adolescentes e jovens, destaca-se a questão relacionada ao direito ao esporte, cultura e lazer.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2003, online), “a primeira fase da vida é fundamental para o desenvolvimento e tem um impacto importante na situação social, psicológica e econômica da criança. Nessa fase ela precisa ser estimulada brincando, cantando e falando”.

Segundo o Instituto BH Futuro (2019, online) “a cultura, por meio de suas manifestações, tem reflexos na identidade e na autoestima dos jovens. O esporte e lazer são capazes de estimular o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças e adolescentes, bem como promover a socialização”.

Assim, o artigo 59 do ECA, evidencia o poder publico como facilitador as fontes de cultura: “os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” (Brasil, 1990). Além do que: “a privação da cultura gera consequências devastadoras, como a falta de espírito crítico, ou até mesmo a apatia, bem como a falta de capacidade de decisão devido ao desconhecimento a respeito de certos assuntos” (Pereira, 1996).

Portanto, é indiscutível que não se leve em consideração o esporte, a cultura e o lazer como sendo fundamentais para o desenvolvimento infantojuvenil. Em vista disso, Elias (2005, p. 86) demonstra que: “uma melhor oferta de áreas de lazer e de esporte influi decisivamente, na redução de infrações cometidas por menores”.

3 ESTUDO DE CASO PARA ORIENTAR NA CONCEPÇÃO DA PROPOSTA

3.1 USINA DA PAZ, ANANINDEUA - PARÁ

Trata-se do primeiro edifício construído pelo Governo do Estado do Pará. A Usina da Paz é um projeto integrado ao programa estadual Territórios da Paz, elaborado pelo Governo do Pará e coordenado pela Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC) em parceria com a empresa privada Vale (Agência Pará, 2021).

Situado no município de Ananindeua, foi inaugurado em 2021. A escolha pelo local de instalação se deu a partir de critérios relacionados ao índice histórico de violência das últimas décadas da região. Segundo o Secretário da SEAC, Ricardo Balestreri, à época da inauguração, trata-se de “um projeto de inclusão social e de geração de oportunidade maisbem integrado do Brasil [...] Aqui será um conglomerado de serviços que vai transformar a nossa experiencia em uma experiencia diferente de qualquer outra do Brasil”.

Construída em um terreno de 10.725 m² de área total, a unidade tem área construída de 4.103,29 m². O projeto foi desenvolvido pela arquiteta Bel Lobo e se adapta às características climáticas da região amazônica, como chuvas durante todo o ano e altas temperaturas. Neste sentido, as áreas de circulação dentro dos prédios da Usina e da Assistência contam com iluminação e ventilação natural. Pensado dentro de conceito desustentabilidade, a Usina dispõe de estações de tratamento de esgoto e, dentro da política de neutralização das emissões de carbono geradas durante a fase de construção, a Vale efetuou o plantio de 200 mudas na unidade (Agência Pará, 2021).

Segundo a Agência Pará (2021) o edifício conta com dois prédios principais que ofertam diversos cursos, oficinas e atendimento público, um espaço para batedores e produtos de açaí, teatro, complexo poliesportivo, quadra de areia, piscina semiolímpica, playground, área viveiro, compostagem horta, academia ao ar livre e estacionamento. São espaços pensados para a transformação social a partir de uma grande união do poder público e a comunidade.

Em um ano de funcionamento, segundo o Jornal “O Liberal” (2022) a Usina da Paz de Ananindeua contabilizou 240 mil atendimentos para comunidade. Isso mostra que um projeto quando bem elaborado e executado de forma correta é abraçado pela população, visto que é capaz de trazer o censo de pertencimento daqueles que nem sempre eram vistos pelo poder público.

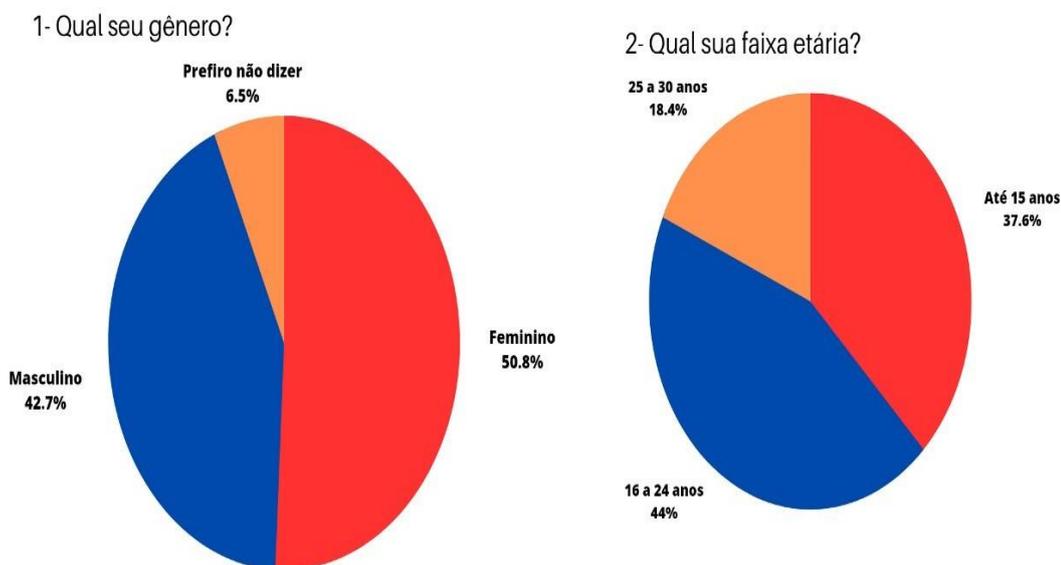
3.2 COLETA DE DADOS POR MEIO DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Para uma melhor compreensão do público-alvo do local, foi realizado a aplicação de questionário de forma virtual para crianças, adolescentes e jovens do Bairro Perpétuo Socorro, Cidade Nova e arredores. O questionário aborda perguntas relacionadas a convivência familiar, autoestima, perspectiva de futuro, relacionamento interpessoal, preferências de atividades, ponto de vista sobre o bairro (segurança, equipamentos públicos e infraestrutura), além de pergunta relacionada a proposta do

Centro de Integração Infantojuvenil para avaliar o nível de aceitação da população. Possui nível de complexidade baixo, visto que a intenção era que crianças também pudessem

responder. Os resultados são apresentados através do uso de gráficos para a observação generalizada das estatísticas, conforme mostra-se abaixo:

Gráfico 1 e 2: Estatísticas de gênero e idade dos respondentes

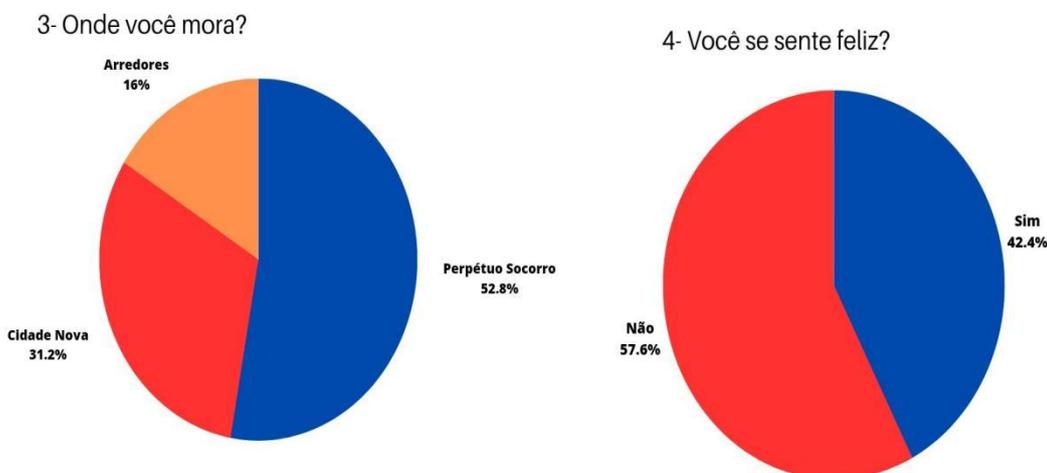


Fonte: Autoria própria

Verifica-se que através dos dados apurados junto aos jovens com limite de idade até os 30 anos, nos Gráficos 1 e 2 acima, que predomina o sexo masculino, entre os moradores do bairro Perpétuo Socorro com 50,8%. Já 42,7% declararam ser do sexo feminino e 6,5% não responderam. Quanto a faixa etária, predomina a faixa de 16 a 24 anos com 46%, seguido da faixa até 15 anos com 37,6%.

Em relação aos gráficos 3 e 4 abaixo que levantaram os dados sobre a residência e relacionamento interpessoal, obteve-se os seguintes resultados. 52,8% dos jovens consultados declararam residir no bairro Perpétuo Socorro e 31,2% na cidade nova, sendo que a maioria 57,6% responderam que não são felizes. Através dos resultados obtidos, compreende-se a necessidade de um espaço que se insira como alternativa na proteção e formação de valores.

Gráfico 3 e 4: Onde residem e relacionamento interpessoal



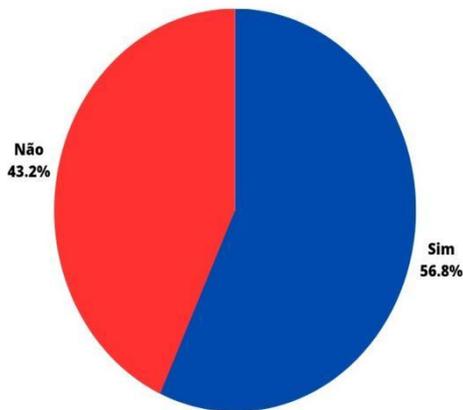
Fonte: Autoria própria

Os gráficos 4, 5, 6 abaixo vislumbram atenção, visto que demonstra que mesmo em convívio familiar,

crianças, adolescentes e jovens não se sentem seguros e/ou sentem a falta de afeto daqueles que deveriam

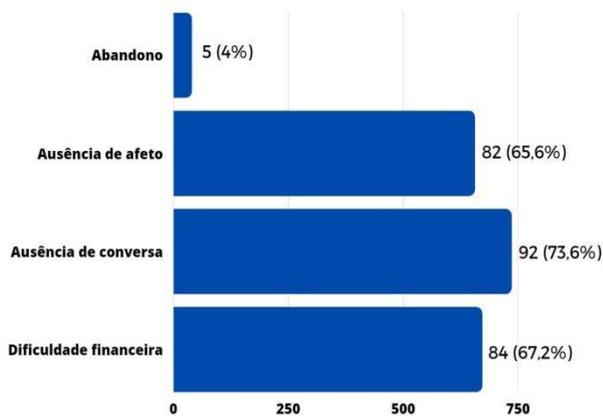
proporcionar respeito e dignidade, assim como é estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

5- Já sofreu algum tipo de agressão?



Fonte: Autoria própria

6- Marque as dificuldades que você sente no seu relacionamento familiar:

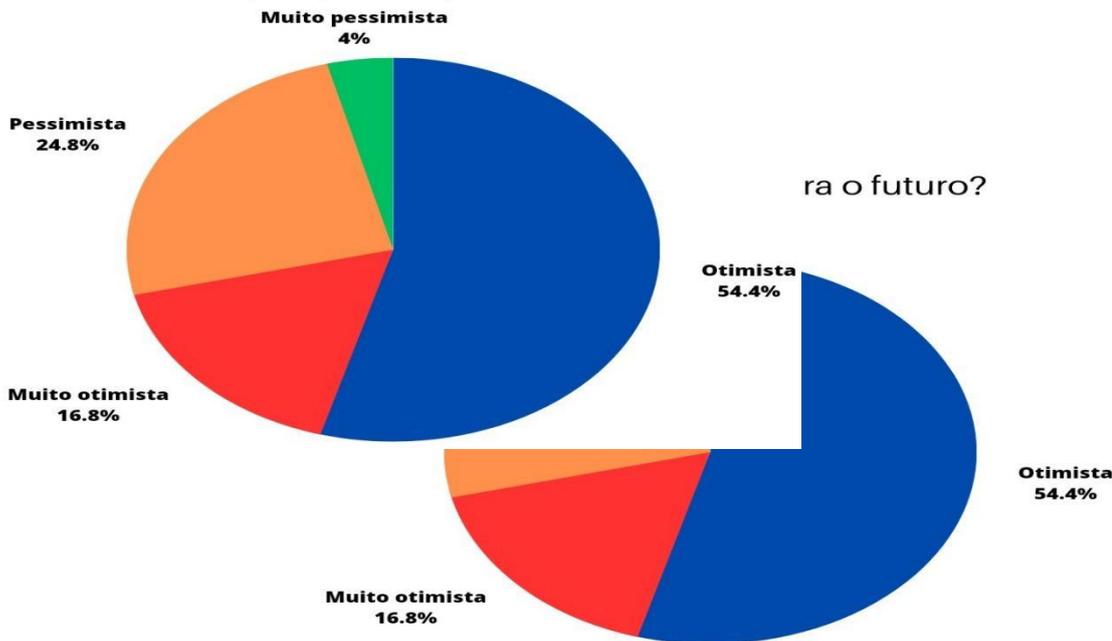


Em relação a perspectiva para o futuro, 71,2% dos jovens sentem-se otimistas contra 24,8% que são pessimistas (Gráfico 7).

Já o gráfico 8 abaixo reflete que mesmo os direitos ao esporte, cultura e lazer sendo fundamentais para o pleno desenvolvimento do público infantojuvenil, não é bem o que acontece na realidade de uma comunidade, onde grande parte passa mais tempo na internet e redes sociais, se tornando alvos fáceis de aliciadores.

Gráfico 7 - Perspectiva para o futuro

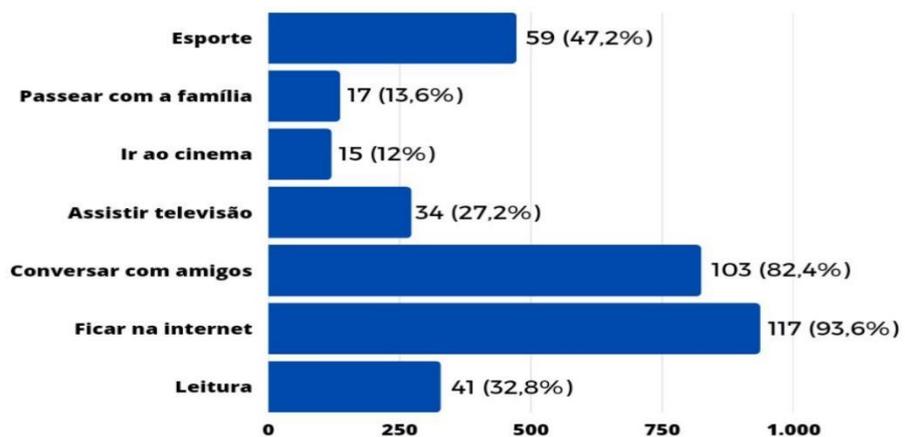
7- Qual sua perspectiva para o futuro?



Fonte: Autoria própria

Gráfico 8: Atividades extraclasses

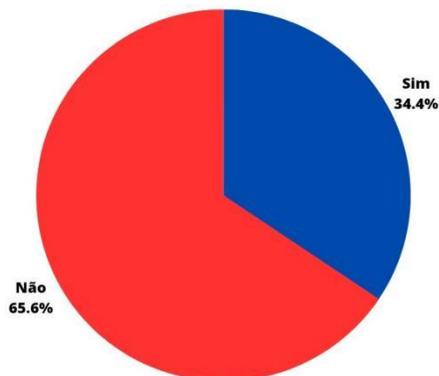
8- Marque que atividade você pratica quando não está na escola/faculdade?



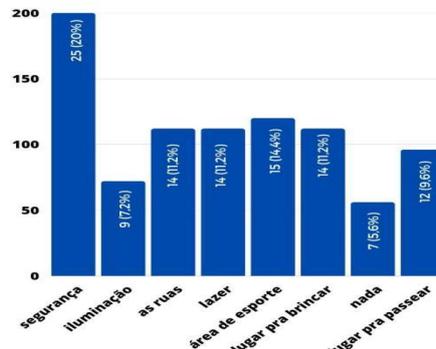
O Gráfico 9 abaixo evidencia que a maioria dos jovens entrevistados, 65,% não costuma ler fora do ambiente da faculdade. Já em relação a sugestões para melhorar a convivência no bairro a ampla maioria apontou a questão da segurança, seguido de benfeitorias de esporte e lazer para a juventude (Gráfico 10).

Gráfico 9 e 10: Leitura fora da escola e sugestão de melhoria no bairro

9- Você costuma ler quando não está na escola/faculdade?



10- Se pudesse melhorar algo no seu bairro, o que seria?

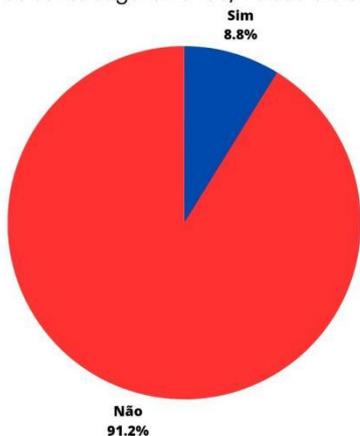


Fonte: Autoria própria

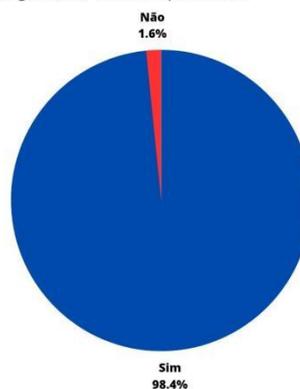
Isso reflete nas respostas apresentadas nos gráficos 11 e 12 abaixo, onde 91,2% declararam que o bairro é inseguro e 98,4% anseiam pela construção de um Centro de Convivência que ofereça infraestruturas para as práticas e esporte, lazer e culturais.

Gráfico 11 e 12: Segurança e nível de aceitação da proposta

11- Se sente seguro na rua, no seu dia a dia?



12- Se houvesse um espaço de convivência para jovens que oferece atividades esportivas, culturais e lazer totalmente gratuito, você frequentaria?



Fonte: Autoria própria

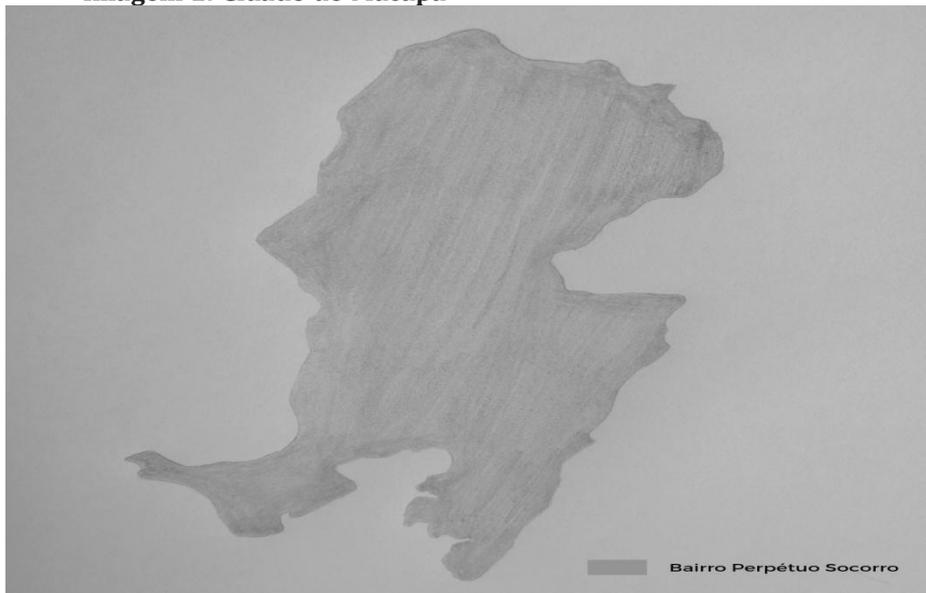
Por fim, a proposta obteve resposta positiva do público respondente. Portanto, percebe-se que esse público se sente atraído e sente a necessidade de um espaço que dê, principalmente, segurança, que é o mais buscado de acordo com os resultados.

4 A PROPOSTA PROJETUAL

A localidade sugerida para o projeto do Centro de Integração Infanto-juvenil está situada na cidade de Macapá, capital do Amapá. Sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas (IBGE) em 522.357 habitantes em 2021, sendo o município mais populoso do estado.

A cidade contém dados preocupantes em relação a sua população, o que justifica a escolha. Segundo o estudo da Fundação Getúlio Vargas Social mostra que, frente a outras capitais brasileiras, Macapá tem pouco mais de 40% da população em situação de pobreza e segundo informações do Censo IBGE (2010), a cidade apresenta um percentual elevado de indivíduos sem instrução ou com o nível fundamental incompleto (41,76%) e quase a totalidade da população reside em área urbana (95,73%). A cidade ocupa uma área de 6.563.849 km², conforme imagem 1 abaixo:

Imagem 1: Cidade de Macapá



Fonte: Elaboração própria.

4.1 LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

O Bairro da Zona Leste de Macapá, Perpétuo Socorro é um dos mais antigos da capital. Segundo o Censo

IBGE (2010), a região contava com mais de 13 mil habitantes, conforme imagem 2 abaixo:

Imagem 2: Delimitação do bairro Perpétuo Socorro



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora, 2023

A escolha pelo bairro se deu a partir da verificação de que este, é um dos bairros mais violentos da capital. Segundo Chagas *et al* (2019, online), “os crimes violentos letais em Macapá se concentram em especial nos bairros Congós, Araxá, Novo Buritizal, Perpétuo Socorro, Muca, Nova Esperança, Cidade Nova e nas áreas de ponte, conhecidas regionalmente como ressacas”. Ainda segundo Chagas *et al* (2019, online), “as ressacas se caracterizam por serem porções periféricas, geralmente alagáveis, ocupadas de modo irregular e de difícil acesso, o que acarreta dificuldades tanto à locomoção dos moradores (por passarelas de madeira), quanto à presença do Estado”.

As ressacas são características principais do bairro

Perpétuo Socorro, devido ao processo de urbanização acelerado e desigual, áreas como essa são comuns na cidade, fator que dificulta o acesso a infraestrutura de qualidade e serviços públicos para atender a população.

4.2 O TERRENO

O terreno possui uma área de 12.335,19 m². Segundo o quadro de usos e atividades da Lei 029/2004 – Uso e Ocupação do Solo de Macapá, segue diretrizes de atividades comerciais e de serviços compatibilizados com o uso residencial; atividades controladas de comércio e serviços especializados, conforme imagem 3 abaixo:

Imagem 3: Delimitação do terreno



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora, 2023

A escolha pelo terreno surgiu com o intuito de dar vida a um lugar que já foi motivo de tristeza para os moradores. Isso porque o lugar que hoje se tornou uma lixeira viciada, antes

era lugar de moradia de diversas famílias. Em outubro de 2013 aconteceu um incêndio de grande proporção que atingiu mais de 250 casas, hoje, o local está abandonado e sem nenhuma perspectiva de que venha a ser ocupado.

4.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades foi elaborado seguindo padrões do programa Praça da Juventude do Ministério do Esporte. Foi acrescentado, espaços que ainda não foram implementados nos espaços sociais que existem na cidade, como sala de pilates, yoga, espaços de convívio comunitário ao ar livre, pista de corrida e playground, segue abaixo o programa de necessidades.

Os ambientes que se apresentam serão importantes para mudar a realidade da população do bairro. Além de desenvolver e aprimorar as habilidades de crianças, adolescentes e jovens que se veem sem perspectiva de vida, desacreditados de que tem papel fundamental para o futuro do país.

Tabela 1: Programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES - CENTRO DE INTEGRAÇÃO INFANTOJUVENIL			
SETOR	AMBIENTES	QUANTIDADE DE AMBIENTES	TIPO DE PERMANENCIA
ENTRETENIMENTO	TEATRO	1	LONGA
	DANÇA	2	LONGA
	OFICINAS/ARTES	4	LONGA
	DEPÓSITO	1	TRANSITÓRIA
	BANHEIRO FEMININO	1	TRANSITÓRIA
	BANHEIRO MASCULINO	1	TRANSITÓRIA
INTELLECTUAL	BIBLIOTECA	1	LONGA
	LABORATORIO INFORMATICA	3	LONGA
	LINGUA ESTRANGEIRA	3	LONGA
	BANHEIRO FEMININO	1	TRANSITÓRIA
	BANHEIRO MASCULINO	1	TRANSITÓRIA
CORPO E MENTE	PISCINA ADULTO	1	LONGA
	PISCINA INFANTIL	1	LONGA
	SALA DE YOGA	2	LONGA
	SALA DE PILATES	2	LONGA
	VESTIARIO FEMININO	1	TRANSITÓRIA
	VESTIARIO MASCULINO	1	TRANSITÓRIA
	BANHEIRO FEMININO	1	TRANSITÓRIA
	BANHEIRO MASCULINO	1	TRANSITÓRIA
ESPORTIVO	QUADRA POLIESPORTIVA	2	LONGA
	QUADRA VOLEI DE PRAIA	2	LONGA
	ESPAÇO P/ ARTES MARCIAIS	2	LONGA
	VESTIARIO FEMININO	1	TRANSITÓRIA
	VESTIARIO MASCULINO	1	TRANSITÓRIA
	BANHEIRO FEMININO	1	TRANSITÓRIA
	BANHEIRO MASCULINO	1	TRANSITÓRIA
COMUNICAÇÃO	AUDITORIO	1	LONGA
	SALA DE EXPOSIÇÕES	2	LONGA
	BANHEIROS FEM/MAS	2	TRANSITÓRIA
ADMINISTRAÇÃO	DIREÇÃO	1	LONGA
	ADMINISTRAÇÃO	1	LONGA
	COPA	1	LONGA
	BANHEIRO FEMININO	1	TRANSITÓRIA
	BANHEIRO MASCULINO	1	TRANSITÓRIA
SERVIÇO	HALL	1	TRANSITÓRIA
	RECEPÇÃO	1	TRANSITÓRIA
	DEPÓSITO	1	TRANSITÓRIA
	BANHEIRO FEM/MAS	2	TRANSITÓRIA

Fonte: Elaboração própria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender a influência da arquitetura nos espaços sociais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Para alcançar o objetivo principal, inicialmente, buscou-se descrever como o ambiente reflete no comportamento de crianças e adolescentes bem como compreender as necessidades de um espaço comunitário, pensado para soluções estratégicas de desenvolvimento desse público alvo através de atividades esportivas, culturais e de lazer.

Em seguida, analisou-se por meio de estudo de caso comparativo, referenciais que apresentam concepção semelhante para orientar uma melhor proposta projetual para então propor a criação de ambientes propícios que auxiliem na construção e fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares, em especial, de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Assim, através das pesquisas apresentadas neste trabalho, foi possível compreender o empenho que o poder público exerceu e exerce para que os direitos e garantias de crianças e adolescentes sejam executados de forma correta, principalmente, quando se trata daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade.

Este estudo foi importante para entender como o público infanto-juvenil está mais suscetível as adversidades da vida e como elas afetam o desenvolvimento saudável destes, além de influenciar no comportamento, seja de maneira boa ou ruim.

Em detrimento dos dados aqui expostos, entende-se que no município é necessária uma visão mais cautelosa e minuciosa em relação as crianças e adolescentes, sendo um centro de integração infantojuvenil, para uma assistência pontual destes, de grande relevância para a comunidade em geral.

Portanto, é importante ressaltar a importância que a arquitetura possui para balizar um espaço como esse e os seus impactos para a comunidade local, diante da oferta e disponibilização de infraestrutura de qualidade e serviços adequados e condizentes para o desenvolvimento físico e psicomotor de crianças e adolescentes, além de promover o envolvimento comunitário e familiar.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PARÁ. **Governo entrega, em Ananindeua, a primeira usina da paz.** Agência Pará, 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/32301/governo-entrega-em-ananindeua-a-primeira-usina-da-paz>. Acesso em: 15 maio 2023.
- ABRAMO, W. H. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano.** São Paulo: ANPOCS, 1994.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan S.A, 1978.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13532: Elaboração de projetos de edificações - Arquitetura.** Rio de Janeiro. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492: Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos - Requisitos.** Rio de Janeiro. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro. 2020.
- BESTETTI, Maria Luisa Trindade. **Ambiência: espaço físico e comportamento.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 17, n. 3, p. 601-610, julho, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/sRNrKc96QsmC6fybS8LQmDc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal-1990.
- BRASIL. **Estatuto da Juventude.** Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Centro de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/fcd77625ea9a.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento para Crianças de 6 a 15 anos.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/fcd77625>

ea9a.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.

BUSSO, G. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos**. Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001.

CANÇADO, T. C. L.; SOUZA, R. S.; CARDOSO, C. B. S. **Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social**. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf. Acesso em: 10 abril 2023.

CHAGAS, C. A. N. et al. **Território e violência urbana: os agentes macro territoriais e os crimes violentos letais em Macapá – Amapá**. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/41412/26408>. Acesso em: 01junho 2023.

ELIAS, Roberto João. **Direitos Fundamentais da criança e do adolescente**. São Paulo:Saraiva, 2005.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Relatório da Situação da Infância e adolescência brasileiras: diversidade e equidade**. Pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente. Brasília: UNICEF, 2003.

GONÇALVES, R.; PAIVA, A. **Triuno: neurobusiness e qualidade de vida**. 3.ed. São Paulo:Clube de autores, 2018.

INSTITUTO BH FUTURO: **Educação, Cultura, Esporte e Lazer: fatores essenciais para uma infância e juventude saudáveis**. Instituto BH Futuro, 2019. Disponível em: <https://institutobhfuturo.com.br/educacao-cultura-esporte-e-lazer-fatores-essenciais-para-uma-infancia-e-juventude-saudaveis/>. Acesso em: 01 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/macapa.html>. Acessoem: 01 junho 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**. Macapá, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/macapa.html>. Acesso em: 01 junho 2023.

KALOUSTIAN, S.M; FERRARI, M. (1994). Introdução, pp. 11-15. In SM Kaloustian (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília.

MARINHO, Marina Martins; LOPES, Roseli Esquerdo. Centro da juventude em foco: discursos e ações. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 3, p. 496-507, julho 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/tYY84NkZWqVXCbz4cDNkTLw/#>. Acesso em: 10 abril2023.

MARTINS, J.S (org.). 1993. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**.(2a ed.). Ed. Hucitec, São Paulo.

MOSER, G. **Psicologia Ambiental**. Estudos de Psicologia, 1998.

MOURA, Poliana Barbosa Lima. **Lar temporário: diretrizes projetuais aplicáveis à arquitetura em abrigos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2021. 119 f. TCC (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário UNIESP,Joao Pessoa, 2021.

O LIBERAL. **Em um ano, Usina da Paz do Ucuí – Guajará realizou 240 mil beneficiamentos**. O Liberal, 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/anandindeua/em-um-ano-usina-da-paz-do-icui-guajara-realizou-240-mil-beneficiamentos-1.603356>. Acesso em: 15 maio 2023.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA. **População**. Observatório da criança, 2022. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/populacao#:> Acesso em: 05 abril 2023.

PADOIN, I. G.; VIRGOLIN, I. W. C. **A vulnerabilidade social como uma dificuldade a participação política**. Disponível em: http://www.unicrus.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA. Acesso em: 05 abril 2023.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente: uma propositainterdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

REZENDE, K.; CAPPELLARI, H. C. L.; PAGANI, L. A. G. **Crianças e adolescentes emsituação de vulnerabilidade social no Brasil**. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/24587/21768/292416>. Acesso em: 10abril 2024.

SPOSATI, A. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL – TJDF. **Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Vara da Infancia e da Juventude do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/publicacoes/colecao/situacaoRisco.pdf>. Acesso em: 10 abril 2024

VIAPIANA, Tábata. **Violações de direitos das crianças são graves e reiteradas no Brasil,diz Rosa Weber**. Maio, 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-mai-19/violacoes-direitos-criancas-sao-graves-reiteradas-rosa>. Acesso em: 10 abril 2024.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo?** In: Seminario Vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.